



## **Projeto de Lei nº 134/2021**

EMENTA: Dispõe sobre a regularização do uso de área pública para a instalação de torres e antenas de transmissão e retransmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão e retransmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral.

Autoria: Prefeito.

**PARECER CONJUNTO  
DAS COMISSÕES DE:  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**MINUTA DE PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES:**

**COMISSÕES DE:  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:**

O Projeto tem por objetivo a regularização do uso de área pública para a instalação de torres e antenas de transmissão e retransmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão e retransmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral. Sobre a matéria foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre o Município de Franca e o Ministério Público do Estado de São Paulo – inquérito civil 569/2008.

Para a regularização do uso, o projeto prevê o instituto da concessão de uso de áreas públicas, para ocupação conjunta e comunitária, dos imóveis especificados no §2º do art. 1º, mediante contrato de concessão de uso, nos termos a minuta constante no Anexo I.



Prevê ainda, a desafetação e afetação das áreas previstas no art. 2º do projeto, conforme autoriza a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.602.

## **II – PARECERES:**

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno (artigo 40, c/c o artigo 125).

O assunto corresponde a interesse local do Município, de forma que este é o ente competente para propô-lo, nos termos do art. 30, I, da CF/88.

Quanto à competência da autoridade, correta a iniciativa do Prefeito, já que a matéria dispõe sobre a organização e administração do Município, atendendo assim, o princípio da separação dos Poderes, disposto no art. 2º, da CF/88, e do art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

No tocante a forma (ato normativo) utilizado, bem como seu status na escala hierárquica normativa, consideramos correta a forma de lei ordinária, já que não se insere no rol de leis complementares, estabelecido no art. 270 da LOMF.

No que se refere à análise material, entendemos que há adequação do conteúdo do projeto com os preceitos constitucionais e legais.

O administrador do Município (Prefeito) tem o poder de utilização e o dever de conservação dos bens municipais. Para utilizá-los e conservá-los segundo sua normal destinação, não precisa de autorização especial da Câmara, mas para mudar a destinação, aliená-los ou destruí-los dependerá de lei autorizativa.

A afetação e a desafetação de bens públicos estão albergadas dentre as atribuições do Poder Público na designação do regime de uso dos bens públicos titularizados pela Administração.

Sobre a desafetação, ensina Diógenes Gasparini:

*“A mudança de um bem de uma das duas primeiras categorias (bem de uso comum do povo e bem de uso especial) para a dos bens dominicais chama-se desconsagração ou desafetação. Destarte, desconsagrar ou desafetar é retirar do bem a destinação (uso comum do povo ou*



*uso especial) que se lhe atribuíra por ato administrativo ou lei. Também é desafetação a mudança de uma para outra espécie dos bens de uso comum ou de uso especial, promovida por lei ou ato administrativo. A desafetação pode acontecer por fato jurídico, ato administrativo ou lei.”(GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 12ª ed. São Paulo: Saraiva. 2007, p. 818/819).*

Ressalte-se também, que as desafetações e afetações constantes do projeto estão em harmonia com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.602, que julgou inconstitucionais os parágrafos 1º a 4º e o inc. VII do art. 180 da Constituição do Estado de São Paulo.

No tocante ao instituto da concessão de uso, ensina Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 36ª ed., pág. 558/559:

*“Concessão de uso: concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica. O que caracteriza a concessão de uso e a distingue dos demais institutos assemelhados – autorização e permissão de uso – é o caráter contratual e estável da outorga do uso do bem público ao particular, para que o utilize com exclusividade e nas condições convencionadas com a Administração.*

*A concessão pode ser remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, mas deverá ser sempre precedida de autorização legal e, normalmente, de licitação para o contrato. Sua outorga não é nem discricionária nem precária, pois obedece a normas regulamentares e tem a estabilidade relativa dos contratos administrativos, gerando direitos individuais e subjetivos para o concessionário, nos termos do ajuste. Tal contrato confere ao titular da concessão de uso um direito pessoal de uso especial sobre o bem público, privativo e intransferível sem prévio consentimento da Administração, pois é realizado intuito personae, embora admita fins lucrativos. É o que ocorre com a concessão de uso remunerado de um hotel municipal, de áreas em mercado ou de locais para bares e restaurantes em edifícios ou logradouros públicos.*



*Na concessão de uso, como, de resto, em todo contrato administrativo, prevalece o interesse público sobre o particular, razão de qual é admitida a alteração de cláusulas regulamentares do ajuste e até mesmo sua rescisão antecipada, mediante composição dos prejuízos, quando houver motivo relevante para tanto. (...)”.*

O projeto prevê em seu art. 2º, §4º, a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que a destinação do espaço será para uso conjunto de todas as concessionárias do Ministério das Comunicações.

Sobre a necessidade da regularização das áreas objeto do projeto, houve Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Promotor de Justiça da Promotoria de Habitação e Urbanismo de Franca, Dr. Carlos Henrique Gasparoto, conforme demonstra os documentos de fls. 13/17.

Assim, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade o projeto está adequado as normas do ordenamento jurídico brasileiro.

No que se refere ao Mérito, o Projeto visa a regularização do uso de áreas públicas.

No tocante ao Quórum de votação, exige-se maioria simples de votos, nos termos da LOMF.

### **III – DECISÃO DAS COMISSÕES:**

A Comissão de Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe a decisão final.

Quanto às Comissões de Mérito, conclui-se que não há óbice ao Projeto em questão.

Ao Egrégio Plenário para decisão soberana.

Câmara Municipal, em 20 de outubro de 2021.

**AS COMISSÕES DE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**



---

Ver. Carlinhos Petrópolis

---

Ver. Luiz Amaral.

---

Ver. Daniel Bassi.

---

Ver. Lindsay Cardoso

---

Ver. Pastor Palamoni.

### **FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

---

Ver. Donizete da Farmácia.

---

Ver. Carlinhos Petrópolis

---

Ver. Gilson Pelizaro.

---

Ver. Zezinho Cabeleleiro.

---

Ver. Lurdinha Granzotte.